

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO APLICADAS AO ESTÍMULO À LEITURA E AO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Priscila de Andrade Barroso Peixoto
Doutoranda em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense.
cilabarroso@yahoo.com.br

Tatiane Almeida de Souza
Doutoranda em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense.
tatianealmeidauenf@gmail.com

Eliana Crispim França Luquetti
Doutora em Linguística. Professora do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense.
elinafff@gmail.com

Introdução

O presente trabalho apresenta um panorama do uso das tecnologias digitais na educação aplicadas ao estímulo à leitura e ao ensino de língua materna. No que diz respeito à prática docente, o contexto da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) no ano de 2020, trouxe à cena novos modelos de ensino e aprendizagem e expôs demandas, tanto novas quanto anteriores, as quais carecem ser contempladas.

Este trabalho tem por objetivo analisar a percepção dos professores alfabetizadores, que atuam em escolas públicas na região Norte Fluminense do Rio de Janeiro, acerca do uso dessas tecnologias aplicada ao estímulo à leitura e ao ensino de língua materna, por meio de questionários estruturados aplicados via *Google Forms*, levando em conta o contexto anterior à pandemia e o cenário mais atual, com as alterações da LDB em 2020, no que diz respeito ao compromisso com a formação do leitor. A metodologia será, quanto aos procedimentos técnicos, bibliográfica e de levantamento, de abordagem quali-quantitativa, natureza básica e de objetivo descritiva.

Entende-se que a expansão do acesso às tecnologias digitais expõe a necessidade de se repensar o processo de ensino-aprendizagem, pois, nesse cenário, o uso de tais ferramentas, próprias da tecnologia digital, podem ser aliadas não apenas para o incentivo à leitura e ao ensino de língua materna, dentro e fora da sala de aula, mas para o processo de desenvolvimento profissional dos docentes.

1. Fundamentação teórica

Grande é a responsabilidade das instituições escolares no que diz respeito à sua função social de formar cidadãos críticos e participativos em sociedade. Nessa perspectiva, emergem diversas estratégias para a implementação de propostas por parte dos governos e dos estudiosos sobre o assunto, com vistas a melhores resultados da qualidade do ensino no Brasil.

Nesse contexto, a dificuldade dos estudantes quando se trata do componente curricular Língua Portuguesa, mostra-se ainda mais preocupante e suscita discussões entre professores e estudiosos da língua materna. Tais questionamentos se baseiam sobretudo no seguinte ponto: *por que falantes da língua materna não demonstram familiaridade com a mesma?*

No cerne da discussão, Bagno (2011) indica a existência de uma cultura de supervalorização da língua escrita em detrimento da oralidade. Segundo o autor, tal característica está associada ao preconceito linguístico, o qual possui bases alicerçadas no preconceito social, ao comprometer aspectos da identidade linguística do aluno.

Sabe-se que as perdas na educação durante a pandemia ocorreram em todas as dimensões dos processos de ensino e de aprendizagem. De acordo com o site CNN Brasil, entre os anos 2019 a 2021, cresceu 66,3% o número de crianças de seis e sete anos que não sabem ler e escrever em território brasileiro (CNN BRASIL, 2022). Para mudar essa realidade são fundamentais o desenvolvimento de ações efetivas do Poder Público – nas esferas municipais, estaduais e federal – rumo à superação dos efeitos negativos potencializados pelo período pandêmico.

Durante esse período foi possível notar a adoção de diferentes modelos de aulas com uso variado dos recursos tecnológicos (ALMEIDA, 2022). Tais diferenças revelaram uma gama de situações a serem consideradas, as quais vão desde a desigualdade referente à infraestrutura tecnológica nas escolas públicas e privadas no país, o preparo dos profissionais em ofertarem seu trabalho de uma forma diferenciada, além da condição das famílias em proporcionar acompanhamento aos estudantes em seu domicílio.

Apesar das fragilidades observadas no uso das Tecnologias Digitais aplicadas à Educação, sobretudo por ter se dado de maneira emergencial, tal vivência tornou mais clara a premente necessidade de se repensar na melhoria de todas as estruturas supracitadas, como a infraestrutura tecnológica ofertada, o preparo dos professores, dos alunos e até mesmo das famílias, a partir do entendimento de que investir nas Tecnologias

Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) constitui uma alternativa para lidar com os novos desafios educacionais, no pós-pandemia, como um legado de experiências vividas de maneira repentina no contexto anterior. Como alternativas, destacam-se a implantação de novas abordagens educacionais, bem como a reconfiguração dos currículos, com a integração das tecnologias digitais (ALMEIDA, 2020, 2022).

2. Resultados alcançados

Ao mencionar a pesquisa TIC Educação 2020, Edição COVID-19, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Almeida (2022) aponta que as soluções tecnológicas adotadas durante a pandemia para a realização das atividades pedagógicas foram diversificadas.

De acordo com o levantamento, a criação de grupos em aplicativos ou redes sociais, como *WhatsApp* ou *Facebook*, foi adotada por 91% das escolas brasileiras; a gravação de aulas em vídeo e sua disponibilização para os alunos ocorreram em 79% das instituições; 65% das realizaram aulas a distância por meio de plataformas online; o envio de atividades e materiais para alunos via e-mail foi adotado por 60% das escolas; e o uso de plataformas virtuais do tipo *Google Classroom* aconteceu em 58% das escolas. Por outro lado, 93% das instituições de ensino criaram condições para que responsáveis buscassem atividades ou materiais pedagógicos impressos para os alunos.

Mesmo com a busca de diferentes meios para garantir a aprendizagem no período pandêmico, sabe-se que os prejuízos não foram pequenos, em um contexto de crescente aumento do número de crianças de seis e sete anos que não sabem ler e escrever no Brasil. É urgente a implementação de medidas eficazes, sobretudo por parte do Poder Público, com vistas a fornecer subsídios para superação os efeitos negativos do período pandêmico, o qual potencializou as desigualdades.

Nesse contexto, a Lei nº 14.407, publicada em 12 de julho de 2022, acrescenta dois novos textos à LDB 9.394/1996 para dispor acerca do compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura. Essa alteração apresenta de forma mais enfática a necessidade de melhorias para a alfabetização plena de crianças, jovens e adultos de todo o Brasil e emerge em um contexto de reflexões sobre os impactos da pandemia na educação nacional.

Após a alteração, o artigo 4º da LDB, que aborda o dever do Estado e suas garantias com educação escolar pública, passa a vigorar acrescido do inciso XI:

“Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos” (BRASIL, 2022).

Mediante a nova redação da Lei, entende-se a leitura como ação prioritária ao longo da educação básica. Já o artigo 22 da LDB, que aborda as finalidades da Educação Básica, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Parágrafo único. São objetivos precípuos da educação básica a alfabetização plena e a formação de leitores, como requisitos essenciais para o cumprimento das finalidades constantes do caput deste artigo” (BRASIL, 2022)

Ainda que tais alterações apontem para a importância de ações voltadas para a leitura em toda educação básica, é indispensável como tais ações se efetivam na prática. Para tanto, busca-se analisar a percepção de professores alfabetizadores, atuantes em escolas públicas na região Norte Fluminense do Rio de Janeiro, considerando principalmente as iniciativas quanto ao estímulo à leitura e ao ensino de língua materna a partir dessas alterações na LDB e ao uso de tecnologias, levando em conta o contexto pós-pandemia.

Para além da questão após o período pandêmico, destaca-se que, de acordo com o estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018, p. 08-09), dentre uma das competências gerais da educação básica, que se articulam diretamente na “construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB”, apresenta-se a Cultura Digital, que tem por finalidade compreender e utilizar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.

Conclusões

O contexto pós-pandemia, com defasagens no que diz respeito à leitura e à escrita, aprendizado da língua materna, bem como as recentes atualizações na legislação educacional quanto ao incentivo à leitura, constituem fatores relevantes a serem discutidos. Além disso, revelam-se inúmeras as possibilidades de utilização das tecnologias como um suporte para o educador que, em face das constantes evoluções tecnológicas a que são submetidos, caminha em um sentido da utilização das TDICs como uma ferramenta capaz de aprimorar seu campo de trabalho e promover melhorias na maneira sobre como ensinar.

Referências

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. O marco da pandemia COVID-19. In: Tecnologias digitais, tendências atuais e o futuro da educação Panorama Setorial da Internet, Número 2, Ano 14 Junho, 2022.

BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2011.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 07 de outubro de 2022.

BRASIL. Lei nº 14.407, de 12 de julho de 2022. Disponível em:
<https://presrepública.jusbrasil.com.br/legislacao/1573298182/lei-14407-22>. Acesso em 05 outubro de 2022.

CNN BRASIL. Número de crianças brasileiras que não sabem ler e escrever cresce 66% na pandemia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/numero-de-criancas-brasileiras-que-nao-sabem-ler-e-escrever-cresce-66-na-pandemia/>. Acesso em 05 de outubro de 2022.